

Arnaldo Rizzardo

CONTRATO DE CRÉDITO BANCÁRIO

**12ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9431-5



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Rizzardo, Arnaldo.

R627 Contrato de crédito bancário./ Arnaldo Rizzardo./
12. ed. rev. e atual./ Curitiba: Juruá, 2020.
440p.

1. Contrato bancário. 2. Empréstimo bancário.
3. Direito bancário. I. Título.

CDD 346.082 (22.ed)

CDU 347.734

000025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1	CRÉDITO BANCÁRIO.....	17
1.1	ATIVIDADE CREDITÍCIA DOS BANCOS	17
1.2	OPERAÇÕES BANCÁRIAS	18
1.3	CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	19
1.4	NATUREZA DOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO ...	21
1.5	CONTRATOS BANCÁRIOS E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	24
Capítulo 2	DEPÓSITO BANCÁRIO.....	29
2.1	COLOCAÇÕES CONCEITUAIS.....	29
2.2	PRINCIPAIS TIPOS DE DEPÓSITO	30
2.3	DEPÓSITO E CONTA-CORRENTE	31
2.4	NATUREZA DO DEPÓSITO BANCÁRIO.....	32
2.5	O TRATAMENTO JURÍDICO DADO AO DEPÓSITO BANCÁRIO.....	33
2.6	O PRAZO DOS DEPÓSITOS E DA PRESCRIÇÃO	34
2.7	A IMPRESCRITIBILIDADE DURANTE O DEPÓSITO	35
Capítulo 3	EMPRÉSTIMO BANCÁRIO	41
3.1	CONCEITO	41
3.2	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO	43
3.3	OBJETO DO CONTRATO	45
3.4	MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS	49
3.5	OBRIGAÇÕES DO MUTUÁRIO.....	50
3.6	VENCIMENTO DO CONTRATO	51

	3.7	FORMA DO CONTRATO	52
	3.8	PAGAMENTO DA DÍVIDA ANTES DO VENCIMENTO DO PRAZO	52
Capítulo 4		ABERTURA DE CRÉDITO.....	55
	4.1	CONCEITO	55
	4.2	NATUREZA DO CONTRATO.....	56
	4.3	FORMA DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO	57
	4.4	EXECUÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO	58
	4.5	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO	59
	4.6	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	60
	4.7	A COBRANÇA DE DÍVIDA RESULTANTE DO INADIMPLEMENTO.....	61
	4.8	A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAMENTE AOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS.....	64
	4.9	A REPETIÇÃO DE QUANTIAS PAGAS A MAIS.....	66
Capítulo 5		CONTA-CORRENTE BANCÁRIA	69
	5.1	CONCEITO	69
	5.2	IMPORTÂNCIA PRÁTICA.....	72
	5.3	NATUREZA DO CONTRATO.....	73
	5.4	CARACTERÍSTICAS	74
	5.5	FORMAS DE CONTAS-CORRENTES.....	75
	5.6	COMPENSAÇÕES.....	76
	5.7	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	76
	5.8	COBRANÇA JUDICIAL DO SALDO NEGATIVO	77
Capítulo 6		DESCONTO BANCÁRIO	79
	6.1	CONCEITO	79
	6.2	PROCESSAMENTO DO DESCONTO	81
	6.3	CRÉDITOS OBJETO DE DESCONTO	82
	6.4	NATUREZA JURÍDICA.....	82
	6.5	CARACTERÍSTICAS	84

6.6	INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR DOS TÍTULOS PERANTE O BANCO	85
6.7	EFEITOS DO CONTRATO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES	88
6.8	EXTINÇÃO DO CONTRATO	89
6.9	REDESCONTO	89
6.10	DESCONTO E VÍCIOS OU NULIDADE DO TÍTULO.....	90
Capítulo 7	ANTECIPAÇÃO BANCÁRIA	93
7.1	CARACTERIZAÇÃO	93
7.2	FORMAS DE GARANTIAS	95
7.3	OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES.....	96
7.4	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	96
Capítulo 8	CRÉDITO DOCUMENTADO OU DOCUMENTÁRIO	99
8.1	CONCEITO	99
8.2	NATUREZA JURÍDICA	101
8.3	PARTES DO CONTRATO	104
8.4	FASES NA REALIZAÇÃO DO CONTRATO	105
8.5	ESPÉCIES DE CRÉDITO DOCUMENTADO	106
8.6	RELAÇÕES ENTRE AS PARTES CONTRATANTES	108
8.7	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	113
Capítulo 9	CRÉDITO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	115
9.1	CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA.....	116
9.2	FINALIDADES QUE INSPIRARAM A LEGISLAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA	118
9.3	SINOPSE DA EVOLUÇÃO DAS FÓRMULAS DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES	120
9.3.1	Correção Monetária Facultativa	120
9.3.2	Obrigatoriedade da Correção Monetária.....	121
9.3.3	Reajustamento Segundo o Plano de Equivalência Salarial.....	121

9.3.4	Reajustamento de Acordo com a Unidade Padrão de Capital	122
9.3.5	Reajustamento pelos Índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional	122
9.3.6	Fator de Reajuste pela Categoria Profissional	123
9.3.7	Critérios Vigentes de Contratos nos Reajustes das Prestações	126
9.4	ADEQUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES À RENDA SALARIAL.....	134
9.5	SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO.....	138
9.5.1	Espécies e Distinções	138
9.5.2	Sistema de Amortização Constante – SAC.....	138
9.5.3	Sistema de Amortização Crescente – Sacre.....	140
9.5.4	Sistema da Tabela Price.....	144
9.5.4.1	Estudos da Tabela Price	144
9.5.4.2	As prestações na aplicação da Tabela Price... ..	144
9.5.4.3	Juros simples e juros pela Tabela Price.....	147
9.5.4.4	A decorrência da capitalização dos juros	148
9.5.4.5	A proporção do valor da prestação de acordo com a capitalização e sem a capitalização dos juros	151
9.5.4.6	A interpretação jurisprudencial dominante sobre a matéria	152
9.5.4.7	Da necessidade de prova pericial, para a aferição da aplicação da Tabela Price.....	157
9.5.5	Sistema Gauss.....	161
9.6	TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL FINANCIADO PELO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO E REFINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR	162
9.7	LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA HIPOTECÁRIA ..	171
9.8	CÉDULA HIPOTECÁRIA HABITACIONAL	174
9.9	EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DA DÍVIDA HIPOTECÁRIA... ..	176
9.10	EXECUÇÃO JUDICIAL DA DÍVIDA HIPOTECÁRIA	184
9.10.1	Execução Judicial com o Rito da Lei 5.741/1971.....	184
9.10.2	Execução Judicial com o Rito do Código de Processo Civil.....	190

Capítulo 10	CRÉDITO IMOBILIÁRIO – SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO.....	193
10.1	NOVO CONCEITO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO NO SETOR IMOBILIÁRIO.....	193
10.2	ENTIDADES FINANCIADORAS E COMPANHIAS SECURITIZADORAS	194
10.3	MODALIDADES DE FINANCIAMENTOS E FORMA DOS CONTRATOS	196
10.4	CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS – CRI	198
10.5	REGIME FIDUCIÁRIO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	199
10.6	GARANTIAS NO FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	201
10.7	EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DA DÍVIDA	205
10.8	CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO CCI	210
Capítulo 11	CRÉDITO RURAL	213
11.1	OBJETIVOS	213
11.2	ÓRGÃOS FINANCEIROS QUE CONCEDEM O CRÉDITO RURAL.....	214
11.3	DESTINATÁRIOS DO CRÉDITO RURAL.....	215
11.4	REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO CRÉDITO RURAL ..	215
11.5	CONDIÇÕES IMPOSTAS AO FINANCIADO.....	217
11.6	TRATAMENTO PRIVILEGIADO CONCEDIDO PELA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA AO CRÉDITO RURAL.....	217
11.7	TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL	225
11.7.1	Títulos de Crédito Rural Regidos pelo Dec.-Lei 167/1967.....	225
11.7.1.1	Emissão e características.....	227
11.7.1.2	Registro imobiliário das cédulas rurais.....	228
11.7.1.3	Cobrança judicial das cédulas de crédito rural	228
11.7.1.4	Impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objetos da cédula de crédito rural.....	229

11.7.1.5	Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural.....	230
11.7.1.6	Vencimento antecipado da cédula rural	230
11.7.1.7	Cédula rural pignoraticia.....	231
11.7.1.7.1	Conceituação.....	231
11.7.1.7.2	Finalidade.....	232
11.7.1.7.3	Constituição	232
11.7.1.7.4	Prazo de duração e bens objetos da cédula	233
11.7.1.7.5	A posse dos bens	234
11.7.1.7.6	Alienação dos bens.....	235
11.7.1.8	Cédula rural hipotecária.....	235
11.7.1.8.1	Caracterização.....	235
11.7.1.8.2	Objeto da cédula rural hipotecária	236
11.7.1.8.3	Direitos resultantes da cédula rural hipotecária	236
11.7.1.8.4	Requisitos do contrato.....	238
11.7.1.8.5	Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem.....	238
11.7.1.9	Cédula rural pignoraticia e hipotecária	239
11.7.1.10	Nota de crédito rural	240
11.7.1.11	Nota promissória rural	241
11.7.1.12	Duplicata rural	242
11.7.2	Cédula de Produto Rural – CPR	244
11.7.2.1	Conceito, requisitos e emissão	244
11.7.2.2	O endosso e a liquidação.....	248
11.7.2.3	Caráter de direito cambial.....	250
11.7.2.4	A qualificação como título de crédito	251
11.7.2.5	A responsabilidade dos endossantes	252
11.7.3	Cédula Imobiliária Rural	253
11.7.3.1	Fundo de Aval Fraternal – FAF.....	253
11.7.3.2	A cédula imobiliária rural e patrimônio de afetação	254
11.7.3.3	Elementos e configuração da cédula imobiliária rural	256

11.8	EQUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS E DOS ENCARGOS FINANCEIROS	261
Capítulo 12	CRÉDITO INDUSTRIAL	269
12.1	CARACTERIZAÇÃO	269
12.2	REQUISITOS DA CÉDULA INDUSTRIAL.....	270
12.3	OBRIGAÇÕES DAS PARTES	271
12.4	POSSE DOS BENS VINCULADOS À CÉDULA	271
12.5	GARANTIAS ACESSÓRIAS NAS CÉDULAS	272
12.6	BENS OBJETO DO PENHOR INDUSTRIAL CEDULAR.....	273
12.7	BENS OBJETO DA HIPOTECA INDUSTRIAL CEDULAR....	275
12.8	REGISTRO DA CÉDULA INDUSTRIAL.....	275
12.9	VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA	276
12.10	INCIDÊNCIA DE MULTA EM CASO DE COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA	276
12.11	COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA GARANTIDA PELA CÉDULA	276
12.12	TRANSFERÊNCIA DA CÉDULA	277
12.13	ORDEM DE PREFERÊNCIA NA EXCUSSÃO DOS BENS QUE GARANTEM A CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL... 278	278
12.14	IMPENHORABILIDADE DOS BENS SUBMETIDOS À CÉDULA DE CRÉDITO E EXCUSSÃO DOS BENS QUE GARANTEM MAIS DE UMA CÉDULA DE CRÉDITO	280
12.15	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA CÉDULA.....	281
12.16	NOTA DE CRÉDITO INDUSTRIAL	281
Capítulo 13	CRÉDITO COMERCIAL	283
13.1	CARACTERIZAÇÃO	283
13.2	ELEMENTOS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO COMERCIAL....	284
13.3	REGRAS ESPECIAIS APLICÁVEIS	285
Capítulo 14	CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	287
14.1	FINALIDADES	287
14.2	TRATAMENTO LEGAL DO CRÉDITO	288

Capítulo 15	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	289
15.1	CARACTERIZAÇÃO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	289
15.2	A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E OS CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO	291
15.3	PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DA CÉDULA.....	292
15.4	AS ESPÉCIES DE CÉDULAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	297
15.5	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DOS BENS	299
15.6	CIRCULAÇÃO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	299
15.7	A EMISSÃO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO EM FAVOR DE INSTITUIÇÃO DOMICILIADA NO EXTERIOR....	300
15.8	A FACULDADE DO PROTESTO.....	302
15.9	CERTIFICADOS DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO...302	
Capítulo 16	FUNDOS DE INVESTIMENTO	305
16.1	CONCEITO, CONSTITUIÇÃO E ESPÉCIES	305
16.2	A RENTABILIDADE DOS FUNDOS ATRELADA AOS ATIVOS ADQUIRIDOS	309
16.3	EXTERIORIZAÇÃO DOS FUNDOS	309
16.4	A EXIGÊNCIA DE AJUSTE DIÁRIO DOS FUNDOS	310
16.5	CONTABILIZAÇÃO DOS FUNDOS DE ACORDO COM O VALOR DE MERCADO E DEVER DE INFORMAÇÃO	310
16.6	A RESPONSABILIDADE NA DESVALORIZAÇÃO DOS PAPEIS ADQUIRIDOS PELOS FUNDOS E NA OMISSÃO DE AJUSTE PELAS INSTITUIÇÕES GESTORAS.....	312
16.7	RESPONSABILIDADE DOS FUNDOS E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	315
Capítulo 17	EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E REPASSE EM MOEDA ESTRANGEIRA	319
17.1	CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO EXTERNO.....	319
17.2	PARIDADE MONETÁRIA E VARIAÇÃO CAMBIAL	320
17.3	PARIDADE CAMBIAL E CORREÇÃO MONETÁRIA.....	321

Capítulo 18	GARANTIAS PESSOAIS NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	327
18.1	O AVAL	327
18.1.1	Avalista de Título Cambial e Obrigações do Contrato ..	327
18.1.2	Aval nos Contratos de Crédito Industrial, Rural e Comercial	331
18.1.3	Avalista e Exceções Pessoais do Avalizado	334
18.2	FIANÇA.....	338
18.3	PENHOR DE TÍTULOS DE CRÉDITO	340
18.4	VINCULAÇÃO DO TÍTULO CAMBIAL AO CONTRATO BANCÁRIO	341
18.5	FIANÇA E INTERVENIÊNCIA SOLIDÁRIA EM CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	342
Capítulo 19	ENCARGOS NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	347
19.1	CORREÇÃO MONETÁRIA, COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E OUTROS ENCARGOS.....	347
19.2	JUROS NO CRÉDITO BANCÁRIO.....	353
19.2.1	Autorização do Conselho Monetário Nacional para a Incidência de Juros Superiores a 12% ao Ano.....	353
19.2.2	Competência do Conselho Monetário Nacional para Dispor sobre Política Econômica, Cambial e Monetária.....	370
19.2.3	Taxa de Juros e Custo do Financiamento	370
19.2.4	A Taxa Incidente Se Não Convencionada.....	372
19.3	CAPITALIZAÇÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	375
19.4	MULTA, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E JUROS DE MORA NO CRÉDITO BANCÁRIO	382
19.5	AGIOTAGEM OU USURA NOS CONTRATOS	384
19.6	CONDIÇÕES PARA RETIRAR O NOME DO DEVEDOR DE CADASTRO NEGATIVO	387
19.7	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS BANCÁRIAS E REVISÃO DOS CONTRATOS FINDOS	389
19.8	A TJLP E OUTRAS TAXAS REMUNERATÓRIAS NA ATUALIZAÇÃO DE DÍVIDAS	394

19.9	DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA SE COBRADOS ENCARGOS EXCESSIVOS OU ILEGAIS.....	401
19.10	ORIENTAÇÕES DO STJ EM INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO SOBRE CONTRATOS BANCÁRIOS.....	402
Capítulo 20	A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NOS CONTRATOS DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	409
20.1	A BUSCA E APREENSÃO DE BENS EM CONTRATOS FIDUCIÁRIOS COM ENCARGOS ILEGAIS	409
20.2	FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS JÁ INTEGRADOS NO PATRIMÔNIO DO ALIENANTE	412
20.3	SOCIEDADES HABILITADAS A CONCEDER FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA....	417
	REFERÊNCIAS	421
	ÍNDICE REMISSIVO.....	425